



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 194/2013

Declara de Utilidade Pública a  
Federação de Tênis de Mesa do  
Paraná, com sede e foro no  
Município de Campo Mourão.


**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Federação de Tênis de Mesa do Paraná, com sede e foro no Município de Campo Mourão.


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator  
PASTOR EDSON

  
TONINHO WANDSCHNEIDER

  
ROSE LINO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 305/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Ponta Grossa.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Ponta Grossa, dos seguintes imóveis:

- um lote de terreno localizado na quadra 09 (nove), oriunda de subdivisão da área de terreno denominado "A", situada no Bairro das Órfãs, medindo 89,20 m de frente para a rua Francisco Ribas por 84,70 m de frente ao fundo em ambos os lados, tendo no fundo igual metragem da frente, confrontando de quem da rua olha do lado esquerdo com a rua B, onde faz esquina, do lado direito, com a rua Manoel Soares dos Santos, onde faz esquina e, de fundo com a rua Dayli Luiz Wambier, perfazendo a área de 7.555,24 m<sup>2</sup>, conforme a Matrícula nº12.198 do Registro de imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária de Ponta Grossa;

- um lote de terreno localizado na quadra nº 11 (onze), oriunda da subdivisão da área de terreno denominada "A", situada no Bairro das Órfãs, medindo 89,20 m de frente para a rua Daily Luiz Wambier por 31,00 m de frente ao fundo em ambos os lados, tendo no fundo igual metragem da frente, confrontando de quem da rua olha do lado esquerdo com a rua "B", onde faz esquina, do lado direito com a rua Manoel Soares dos Santos onde faz esquina, e de fundo com a faixa de regularização do arroio, perfazendo a área de 2.765,20 m<sup>2</sup>, conforme a Matrícula nº12.199 do Registro de imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária de Ponta Grossa.


**Art. 2º** Os imóveis em questão, que ficam gravados com cláusula de inalienabilidade, serão usados exclusivamente para o serviço público municipal.

**Parágrafo único.** Os imóveis doados reverterão ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra, no prazo de dois anos, a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

**Art. 3º** O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade dos imóveis doados, caso contrário, os mesmos retornarão ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator *Relator*

  
*Relator*

  
*Relator*



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

*Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury*

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 DEZ 2012

*Ruy*  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 611/12

**Súmula:** Institui o "Dia Estadual da Saúde Mental", a ser realizado anualmente no dia 09 de outubro.

**Art. 1º** - Fica instituído o "Dia Estadual da Saúde Mental" a ser realizado anualmente no dia 09 de outubro.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2012.

*[Assinatura]*  
**NEY LEPREVOST**  
Deputado Estadual



## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instaurar o "Dia Estadual da Saúde Mental" a ser realizado anualmente no dia 09 de outubro.

A Organização Mundial de Saúde afirma que não existe definição "oficial" de saúde mental. Diferenças culturais, julgamentos subjetivos, e teorias relacionadas concorrentes afetam o modo como a "saúde mental" é definida. Saúde mental é um termo usado para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional. A saúde Mental pode incluir a capacidade de um indivíduo de apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica. Admite-se, entretanto, que o conceito de Saúde Mental é mais amplo que a ausência de transtornos mentais".

Saúde Mental é o equilíbrio emocional entre o patrimônio interno e as exigências ou vivências externas. É a capacidade de administrar a própria vida e as suas emoções dentro de um amplo espectro de variações sem contudo perder o valor do real e do precioso. É ser capaz de ser sujeito de suas próprias ações sem perder a noção de tempo e espaço. É buscar viver a vida na sua plenitude máxima, respeitando o legal e o outro.

Saúde Mental é estar de bem consigo e com os outros. Aceitar as exigências da vida. Saber lidar com as boas emoções e também com as desagradáveis: alegria/tristeza; coragem/medo; amor/ódio; serenidade/raiva; ciúmes; culpa; frustrações. Reconhecer seus limites e buscar ajuda quando necessário.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



## PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 611/2012

Projeto de Lei n.º 611/2012

Autor: Deputado Ney Leprevost

**SÚMULA:** Institui o “Dia Estadual da Saúde Mental”, a ser realizado anualmente no dia 09 de outubro.

**EMENTA:** INSTITUI O DIA ESTADUAL DA SAÚDE MENTAL, A SER REALIZADO ANUALMENTE NO DIA 09 DE OUTUBRO. POSSIBILIDADE. ARTS 24, XII, E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGOS 165 E 167 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

#### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por finalidade instituir o “Dia Estadual da Saúde Mental”, a ser realizado anualmente no dia 09 de outubro.

#### FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, XII, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre a defesa da saúde, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 167, caput, a saúde é de direito de todos e, deve o Estado mediante



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

políticas sociais e econômicas sua promoção, proteção e recuperação.  
Senão vejamos:

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Além disso, o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal, conforme se denota:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser substituída para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela APROVAÇÃO do presente projeto na forma da Emenda Substitutiva Geral em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 16 de 07 de 2013.

  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**BERNARDO RIBAS CARLI**  
Relator

**APROVADO**

  
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI  
PRAÇA NOSSA SENHORA DE SALETE, S/N.º, GABINETE 802, CENTRO CÍVICO, 80530-911, CURITIBA, PR. + 55 41 3350-4298



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO 611/2012**

Súmula: Institui o “Dia Estadual da Saúde Mental”, a ser realizado anualmente no dia 09 de outubro.

Art. 1º - Institui o “Dia Estadual da Saúde Mental”, a ser realizado anualmente no dia 09 de outubro.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de 07 de 2013.

**APROVADO**

16/07/13

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI

PRAÇA NOSSA SENHORA DE SALETE, S/N.º, GABINETE 802, CENTRO CÍVICO, 80530-911, CURITIBA, PR | + 55 41 3350-4298





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



## PROJETO DE LEI Nº 85/2013

**LIDO NO EXPEDIENT**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D**

Em, 19 MAR. 2013

*[Assinatura]*  
**1º Secretário**

**Súmula:** Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa da Colheita, realizada anualmente no primeiro domingo de março, no Município de São José dos Pinhais.

Art. 1º - Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa da Colheita, realizada anualmente no primeiro domingo de março, no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março de 2013.

*[Assinatura]*  
**FRANCISCO BÜHRER**  
Deputado Estadual





## JUSTIFICATIVA

A "Festa da Colheita" é realizada anualmente no município de São José dos Pinhais, com o intuito de preservar, promover e garantir a continuidade da cultura polonesa, além de homenagear aqueles que plantam e produzem.

Em 2013 foi realizada a 27ª edição da festa, contando com a exposição de diversos produtos orgânicos que são produzidos na região, além do desfile e das capelinhas, a apresentação de grupos folclóricos poloneses e uma tradicional cavalgada, contando com centenas de cavaleiros e amazonas.

Destaca-se que a festa se realiza na Colônia Murici, área rural do município de São José dos Pinhais, amplamente conhecido pelos fortes traços da cultura polonesa.

Cultura essa enraizada em São José dos Pinhais desde o final do Século XIX, quando os poloneses passaram a colonizar o município, passando a exercer, em especial, a atividade agrícola.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo homenagear a população de São José dos Pinhais, ajudando na divulgação da referida festa, garantindo que a mesma seja incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Sendo assim, contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 85/2013**

**Projeto de Lei nº. 85/2013**

**Autor: Deputado Francisco Buhner**

**Súmula:** Insere no Calendário oficial de eventos do Estado **A FESTA DA COLHEITA**, realizada anualmente no primeiro domingo de março, no Município de São José dos Pinhais.

**EMENTA:** INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A FESTA DA COLHEITA. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Francisco Buhner, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a festa da colheita, realizada anualmente no primeiro domingo de março, no Município de São José dos Pinhais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.**

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.


Sala das Comissões, 16 de julho de 2013.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

  
**NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**HERMAS BRANDÃO JÚNIOR**  
**RELATOR**

  
Dep. Leupion

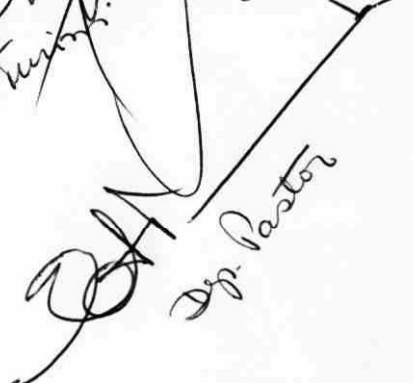
  
Dep. Carlos

  
Dep. Nelson

  
Dep. Luciano

  
Dep. Tadini

  
Dep. Tadeu

  
Dep. Pastor

**APROVADO**

16/07/13

Praca Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 JUN. 2013

*[Assinatura]*  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 263/13

Denomina Felizardo Meneguetti a  
Ponte sobre o Rio Ivai, entre Dr.  
Camargo e Jussara - Pr 323.

**Art. 1º** Fica denominada Felizardo Meneguetti a Ponte  
sobre o Rio Ivai, entre Dr. Camargo e Jussara - Pr 323.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua  
publicação.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2013.

*[Assinatura]*  
DR. BATISTA  
Deputado Estadual



## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa, denominar Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivai, entre Dr. Camargo e Jussara - Pr 323, e homenageando assim um dos Pioneiros de Maringá, Senhor Felizardo, brasileiro, casado, industrial, nascido aos 04 de novembro de 1925, na cidade de Quatá, Estado de São Paulo, cidade em que casou-se no dia 20 de outubro de 1945, com Dolores Galhardo Lázaro Meneguetti, há 52 anos.

Em 1946, mudou-se para Maringá, juntamente com a esposa, seus pais Julio Meneguetti e Angelina Lonardoni Meneguetti; seus irmãos, José Meneguetti, Irineu Meneguetti, Malvina Meneguetti, Terezinha Meneguetti, Mauro Meneguetti, Albino Meneguetti, Hélio Meneguetti e Leida Meneguetti.

Juntamente com a família, estabeleceu-se em uma propriedade de 40 alqueires de terra, que adquirira da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, situada a 12 km adiante de Maringá, na hoje denominada Rodovia BR-369, Estrada do Café, que liga Maringá a Paranavaí.

Nesta propriedade, promoveu a derrubada da mata e plantou Café, onde pela qualidade e fertilidade do solo, obteve excelentes colheitas, aproveitando os anos de abundância do Ouro Verde do Norte do Paraná.

Nesta propriedade morou juntamente com a família até o ano de 1960 e aí nasceram seus filhos Julio Meneguetti Neto, Sidney Meneguetti, Marlene Meneguetti, Amauri Meneguetti, Fernando Meneguetti, Antônio Hélio Meneguetti e Celina Meneguetti.

Com a ocorrência de geadas nos cafezais nos anos de 55\60, trazendo a debilitação das plantações, bem como com a já difícil situação da agricultura, decidiu mudar-se para a cidade de Maringá, nos idos de 1960, sendo que nesta cidade nasceram-lhe os filhos Maria de Lourdes Meneguetti, Vilma Meneguetti, Helena Meneguetti e Aloisio Meneguetti, completando onze filhos, hoje todos casados e morando também em Maringá.

Dedicou-se então ao comércio e em sociedade com os irmãos, Irineu e José, fundou a Organização Meneguetti Ltda., a primeira empresa do ramo imobiliário da cidade, que dedicou-se ao



ramo da compra e venda de imóveis, sendo que introduziu os dois primeiros loteamento urbanos, fora do âmbito da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, loteamentos hoje totalmente integrados na malha urbana de Maringá, Jardim Mandacaru e Jardim Ipiranga.

Paralelamente às atividades imobiliárias, em sociedade com o cunhado Alberto Seghesi e os irmãos José, Irineu, Mauro, Hélio e Albino, fundou a Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda., em 30 de abril de 1964, mediante a incorporação da empresa individual Alberto Seghesi, que se dedicava a produção de água ardente, comercializando as marcas lambari e corumbatora entre outras.

Daí para a frente, foi gradativamente se dedicando à atividade açucareira, desativando outros negócios paralelos, inclusive a empresa imobiliária a Organização Meneguetti Ltda.

Atualmente é acionista da Santa Terezinha Participações Sociedade Anônima, a qual detém o controle acionário, da Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda., cuja empresa possui 10 usinas de açúcar no estado do Paraná, localizadas nos municípios de Maringá e circunvizinhos, empresa que explora cerca de 180 mil hectares plantados com cana de açúcar, produzindo 16,5 milhões de toneladas de cana, 20 milhões de sacas de açúcar e 400 milhões de litros de álcool, gerando 20.000 empregos diretos.

Juntamente com outros empresários da cidade, participou da fundação então da Ingá Stevia Industrial S/A, nos idos de 1986, empresa com tecnologia desenvolvida pela Universidade Estadual de Maringá, de exploração do esteviosídeo, medicamentos e derivados.

Nos já 50 anos de residência em Maringá, sempre participou das atividades empresariais de classe e sociais da cidade, sendo que:

Foi diretor da Associação Comercial e Industrial de Maringá, durante 15 anos, bem como foi também membro do seu Conselho Consultivo.

Foi fundador e Diretor do saudoso Grêmio Esportivo de Maringá, primeiro clube profissional de futebol da cidade, o qual proporcionou grandes vitórias, trazendo grande alegria ao torcedor greminte, divulgando o nome da cidade nacionalmente;

Foi Membro da Comissão Pró-construção da Catedral Nossa Senhora da Glória;

Foi membro do Lions Club Maringá Centro, primeiro club de serviços da cidade, que se dedica a causas de interesse comunitário;

Foi agraciado com a Medalha de Honra ao Mérito, entregue pelo Lions International, em reconhecimento a serviços prestados à Comunidade;

Foi agraciado com a Medalha de Honra ao Mérito, entregue pelo Quarto Batalhão da Polícia Militar da cidade de Maringá, pelos relevantes serviços prestados à causa pública;

Foi agraciado, com a Medalha de Honra ao Mérito Industrial, pela Confederação Nacional da Indústria - CNI.

Foi Membro do COIND - Conselho Consultivo da Política Industrial do Paraná, instituído por Decreto do Governo do Estado do Paraná, cujo conselho detinha a finalidade específica de oferecer diretrizes a aconselhamento a atividades Governamentais na área industrial do estado;

Foi fundador e Diretor Presidente, da Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Estado do Paraná - ALCOPAR, do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Paraná - SIAPAR e do Sindicato das Indústrias do Alcool do Estado do Paraná - SIALPAR, órgãos de representação dos produtores de açúcar e álcool do estado, fato que transformou a cidade de Maringá, como a polarizadora da indústria sucro-alcooleira do Estado e do Sul do País;

Foi Membro da Comissão Pró-construção da Junta de Conciliação e Julgamento de Maringá, primeira e segunda etapa;

Recebeu título de industrial de Ano em 1988, concedido pela FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná;

Recebeu o Prêmio Industrial do ano em 1989, concedido pela ACIM - Associação Comercial e Industrial de Maringá;

Participou de Missão Oficial do Município de Maringá com fins econômicos ao Japão, tendo sido recebido pelo Príncipe Herdeiro e sua esposa, hoje imperador do Japão.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO 263/2013

**Projeto de Lei nº 263/2013**

**Autores: Deputado Dr. Batista**

**Súmula: Denomina Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí, entre Dr. Camargo e Jussara- PR 323.**

**EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE PONTE. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE A PONTE A SER DENOMINADO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL EM ANEXO.**

### **PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por objetivo denominar de Felizardo Meneguetti a ponte sobre o Rio Ivaí, entre os municípios de Dr. Camargo e Jussara- PR 323.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



## FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

### Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.  
(grifo nosso).

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

**Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)**

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

**Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)**

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

No entanto, a fim de dar maior clareza ao projeto sugere-se uma emenda substitutiva geral nos termos do regimento interno, artigos 137, § 2º.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

## CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

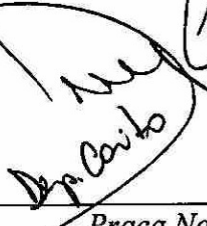




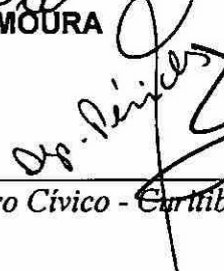
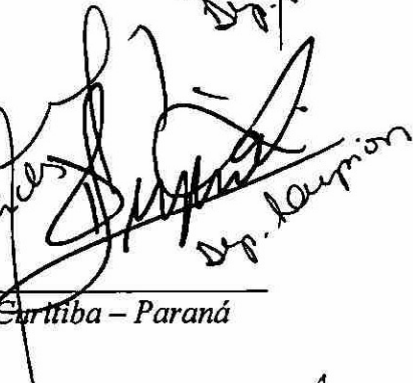
Sala das Comissões, 06 de agosto 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

  
  
  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

06/08/13 





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



## EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 263/2013

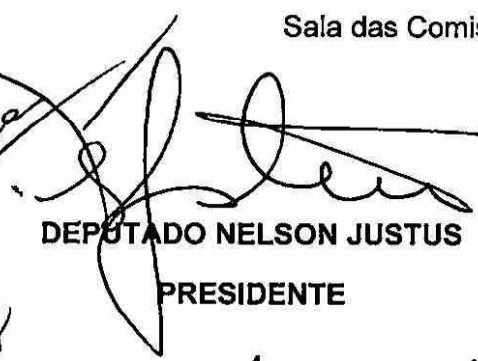
De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 263/2013, passa a contar com a seguinte redação:

**SÚMULA** – Denomina Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí localizada na PR-323 entre os municípios de Dr. Camargo e Jussara.

**Art. 1º** - Fica denominado Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí localizada na PR-323 entre os municípios de Dr. Camargo e Jussara.

**Art. 2º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, 06 de agosto 2013.

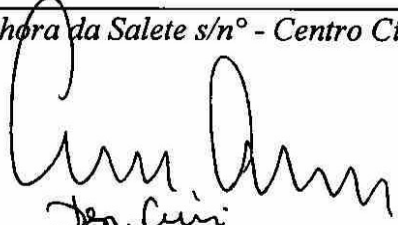
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
**RELATOR**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

06/08/13 

  
Dep. Curi



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANTEPROJETO DE LEI 329/13**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Santo Antonio do Sudoeste.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná***

***decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Santo Antonio do Sudoeste, de imóvel constituído de uma área de terras, denominada de Chácara Suburbana nº 22, de aproximadamente 28.000,00 m², Transcrita sob nº 1.208 do Registro de Imóveis daquela Comarca.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais.

**Parágrafo único.** O imóvel cedido reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

**Art. 3º** A presente cessão terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

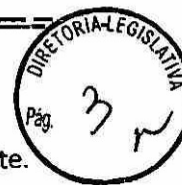
**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 31 de julho de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.  
Em, \_\_\_\_\_  
Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 075 /2013

Curitiba, 31 de julho de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 05 AGO, 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Santo Antonio do Sudoeste, de imóvel constituído de uma área de terras, denominada de Chácara Suburbana nº 22, de aproximadamente 28.000,00 m², Transcrita sob nº 1.208 do Registro de Imóveis daquela Comarca.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que aquele Município utilizará o referido imóvel exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que a referida cessão terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.033.992-3



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 329/13**

**Projeto de Lei nº 329/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 075/13**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel que especifica ao município de Santo Antonio do Sudoeste.

**EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO. ARTIGOS 10 E 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTIGO 17 DA LEI FEDERAL 8.666/93. CONSTITUCIONAL. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

### **RELATÓRIO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo autorizar a cessão de uso do imóvel constituído de uma área de terras, denominada de Chácara Suburbana nº 22, de aproximadamente 28.000,00 m², Transcrita sob nº 1.208 do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antonio do Sudoeste.

Na sua justificativa, demonstra o Poder Executivo que o objetivo da proposta atende plenamente ao interesse público, eis que aquele Município utilizará o referido imóvel exclusivamente para serviços públicos municipais.



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo



## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**"Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores."**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**"Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão."**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo



**"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição."**

O projeto em tela encontra guarida constitucional ao estar em consonância com o descrito no art. 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.**

No mesmo sentido, a Lei Federal 8.666/93 dispõe em seu art. 17, I o que segue:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Diante disso, resta clara a possibilidade de o Poder Executivo propor o presente projeto, atendendo ainda o interesse público conforme disposto em sua justificativa, interesse este que na doutrina moderna, é o princípio pelo qual se outorgam poderes peculiares à Administração Pública, que nada mais são do que mecanismos jurídicos criados para lhe permitir a salvaguarda dos interesses da coletividade.<sup>1</sup>

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

CANTO  
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR

APROVADO

13/08/13

<sup>1</sup> HACHEM, Daniel Wunder. Princípio Constitucional da Supremacia do Interesse Público. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 28



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 329/2013**

**Projeto de Lei nº 329/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 075/2013**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Santo Antônio do Sudoeste.**

**I – PREÂMBULO**

O presente **Projeto de Lei 329/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 075/2013**, objetiva efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, ao Município de Santo Antônio do Sudoeste no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal, da área constituída por aproximadamente 28.000,00 m<sup>2</sup>, com transcrição sob nº 1.208 do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste-PR.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 329/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Santo Antônio do Sudoeste no Estado do Paraná, com a cessão de uso de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser cedida será utilizada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, o investimento em uma área como esta, atende diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpramos a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 329/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 075/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná):

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 329/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

#### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Ademar Traiano, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.


Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 329/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.  
Sala das Comissões em 19 de agosto de 2013.*

  
**FRANCISCO BUHRER**  
Presidente da Comissão

  
**JONAS GUIMARÃES**  
Relator

  
Teruo Kato

  
Tercílio Turini

  
Pastor Edson Praczyk





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº. 344/2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 06 AGO. 2013.

**1º Secretário**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Instituto Doutor Feitosa, com sede e foro no município de Telêmaco Borba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Doutor Feitosa, com sede e foro no município de Telêmaco Borba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de Agosto de 2013.

**1ª Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Deputado Plauto Miró Guimarães Filho**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



### Justificativa

O Instituto Doutor Feitosa foi fundado em 22 de Maio de 2007, é uma entidade sob forma de associação sem fins lucrativos e com fins não econômicos, sem finalidade política ou religiosa.

A Associação tem como finalidade:

- Coordenar e desenvolver estudos e projetos, para a captação de recursos;
- Promoção de assistência social;
- Promoção de cultura;
- Promoções gratuitas de saúde;
- Promoção de segurança alimentar e nutricional;
- Promoção do desenvolvimento econômico e social;

A entidade tem como objetivo dar prioridade ao desenvolvimento comunitário, social, econômico e prestação de serviço social de apoio à saúde da população.

O trabalho da entidade é sério e eficiente, contribuindo com os serviços hospitalares e procedimentos médicos na especialidade de Ortopedia como a confecção de talas, retirada de material de síntese/pinos, consultas de especialidades eletivas urgência/emergência prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde.

O Instituto Doutor Feitosa tem como proposta a implantação de uma UTI NEONATAL. Considerando que toda a microrregião não conta com UTI Neonatal móvel para a transferência do recém-nascido de risco e o Hospital Regional encontra-se com sua estrutura física em fase de construção, se faz



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



Necessária e oportuna a implantação da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal no Hospital Dr. Feitosa S/A.

Sendo assim, considerando que todos os requisitos legais estão preenchidos, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de Utilidade Pública do Estado do Paraná.

*Plauto Miró*

**1ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Deputado Plauto Miró Guimarães Filho**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 344/2013**

**Projeto de Lei nº 344/2013**  
**Autor: Deputado Plauto Miró**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Instituto Doutor Feitosa, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO DOUTOR FEITOSO - IDF**, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.


Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.





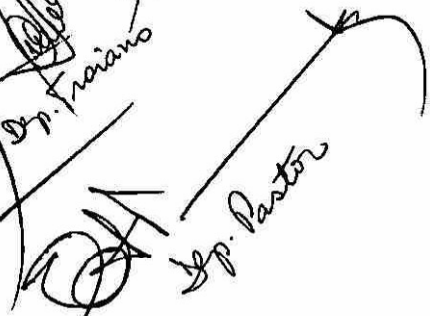
**CONCLUSÃO**

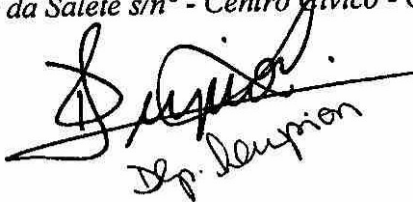
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Saletе s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Leuphron